



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE TERESÓPOLIS**

PMT-RJ  
PROCESSO N ° 14.890/2021

RUBRICA: FLS.:

Foto Panorâmica da Cidade



Mulher de Pedra



# **EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO 099/2021**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO E MANUTENÇÃO, COM FORNECIMENTO DE INSUMOS E REATIVOS PARA O HEMONÚCLEO MUNICIPAL**

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 23/12/2021 às 10h00**



## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 099/2021

### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14.890/2021

**DATA DA ABERTURA: 23/12/2021**

**HORÁRIO: 10h00**

**LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:** Portal de Compras do Governo Federal –  
<https://www.gov.br/compras/pt-br/>

**UASG DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS: 985915**

O MUNICÍPIO DE TERESÓPOLIS, através de seu Pregoeiro, nomeado pela da Portaria G.P. nº 105, de 21 de janeiro de 2021 e suas alterações, de conformidade com o processo administrativo nº 14.890/2021, comunica aos interessados que irá realizar **PREGÃO ELETRÔNICO DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO E MANUTENÇÃO, COM FORNECIMENTO DE INSUMOS E REATIVOS PARA O HEMONÚCLEO MUNICIPAL**, com observância nos Decretos Municipais nº 3.674 de 18 de maio de 2009, e 5.334 de 15 de julho de 2020, ao Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, com observância da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas posteriores modificações, assim como a Lei Complementar Municipal nº 267/2019 e suas alterações, e demais normas complementares e disposições deste instrumento.

#### 1. DO OBJETO:

- 1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO E MANUTENÇÃO, COM FORNECIMENTO DE INSUMOS E REATIVOS PARA O HEMONÚCLEO MUNICIPAL**, solicitada pela **Secretaria Municipal de Saúde**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. O critério de julgamento adotado será **o menor preço global**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 1.3. **Havendo divergência entre a especificação dos itens cadastrados no ComprasNet e no Termo de Referência (ANEXO I) do Edital, PREVALECERÁ, imprescindivelmente, a especificação contida no Termo de Referência.**



## 2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

2.1. As despesas decorrentes de futuras contratações correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

### Fundo Municipal de Saúde de Teresópolis

02.012.10.303.0091.2164 3.3.90.30.00.00 FONTE 37 CONTA 486

## 3. DO CREDENCIAMENTO:

- 3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no [sítio https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/sicaf](https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/sicaf), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
  - 3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

## 4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO:

- 4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com



Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

- 4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao sistema.
- 4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, bem como o Empresário Individual e o EIRELI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que se declarem no campo adequado do sistema de pregão eletrônico estarem enquadrados na condição de pequenos negócios previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:
  - 4.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente.
  - 4.3.2. Que não atendam às condições deste edital e seu(s) anexo(s).
  - 4.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.
  - 4.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.
  - 4.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação.
    - 4.3.5.1. Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou pedido de homologação extra judicial, caso haja comprovação de que o plano já tenha sido aprovado/homologado pelo juízo competente quando da entrega da documentação de habilitação.
  - 4.3.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio, visto que tal conduta não limitará a competitividade, pois o objeto do presente procedimento licitatório se trata de atividade com ampla competitividade de mercado, existindo diversas empresas do ramo que conseguem fornecer o objeto pretendido pela



- Secretaria Municipal de Saúde neste certame, sem a necessidade de se constituírem em consórcios.
- 4.3.7.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 4.3.8.** Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:
- 4.3.8.1.** detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
- 4.3.8.2.** de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.
- 4.3.9.** Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010).
- 4.3.10.** Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas para o mesmo item.
- 4.4.** Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.4.1.** Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- 4.4.1.1.** nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame.
- 4.4.2.** Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias.





- 4.4.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
  - 4.4.4. Que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.
  - 4.4.5. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
  - 4.4.6. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
  - 4.4.7. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

- 5.1. Os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no presente Edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.



- 5.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
  - 5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
  - 5.7. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006.
  - 5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
  - 6.1.1. Valor unitário e total do item, em moeda nacional (Real), com no máximo duas casas decimais.
  - 6.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações contidas de acordo com especificação do Termo de Referência, conforme Anexo I deste Edital.
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo qualquer



alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer pretexto, salvo por autorização do Pregoeiro.

**6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.**

**6.6.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

**6.6.1.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

**7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**7.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**7.2.** O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

**7.2.1.** Também será desclassificada a proposta cadastrada no sistema que identifique o licitante.

**7.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**7.2.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.





- 7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 7.4.1. Quando demandado pelo chat, o licitante terá o prazo de 10 (dez) minutos para responder as solicitações realizadas pelo Pregoeiro.
- 7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto e fechado**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.10. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.10.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances dez por cento superior àquela colocada em primeiro lugar.



- 7.11.1.** Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.12.** Poderá o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.
- 7.13.** O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 7.14.** Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com o subitem anterior deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
- 7.14.1.** Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 7.15.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.16.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada** a identificação do licitante.
- 7.17.** No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.18.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.19.** O Critério de julgamento adotado será o **menor preço global**, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.20.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.



- 7.21.** Só se considera empate entre propostas iguais, não seguidas de lances. Lances equivalentes não serão considerados iguais, uma vez que a ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.
- 7.22.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015 e Lei Complementar Municipal n 267, de 25/11/2019.
- 7.23.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.24.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.25.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.26.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.27.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens fornecidos:

**7.27.1.** Por empresas brasileiras.



- 7.27.2.** Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país.
- 7.27.3.** Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da previdência social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 7.28.** Persistindo o empate entre propostas ou lances, será aplicado o sorteio como critério de desempate.
- 7.29.** Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.
- 7.30.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.30.1.** O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.30.2.** Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 7.31.** Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DAS AMOSTRAS/CATÁLOGOS:**

- 8.1.** Não serão exigidas amostras.

## **9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

- 9.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.



- 9.2.** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 9.2.1.** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 9.3.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 9.4.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 9.5.** O pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 9.5.1.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 9.5.2.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 9.6.** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o



pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

**9.7.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

**10.1.** A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

**10.1.1.** Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

**10.1.2.** Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

**10.2.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

**10.2.1.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

**10.3.** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

**10.3.1.** Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.





**10.4.** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

**10.5.** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

## **11. DA HABILITAÇÃO:**

**11.1.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**11.1.1.** SICAF – Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores.

**11.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)).

**11.1.3.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

**11.1.4.** Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

**11.1.5.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.



- 11.1.5.1.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 11.1.5.2.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 11.1.5.3.** O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 11.1.5.4.** Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas 10.1.2, 10.1.3 e 10.1.4 acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>
- 11.1.6.** Constatada a existência de sanção, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 11.1.7.** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 11.2.** Não ocorrendo inabilitação, o pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto nos arts. 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.
- 11.2.1.** O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;
- 11.2.2.** É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a



apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

**11.2.3.** O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

**11.3.** Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

**11.4. Habilitação jurídica:**

**11.4.1.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede. que comprovem que o ramo de atividade da empresa é compatível com o objeto da Licitação.

**11.4.2.** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br), que comprovem que o ramo de atividade da empresa é compatível com o objeto da Licitação.

**11.4.3.** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, que comprovem que o ramo de atividade da empresa é compatível com o objeto da Licitação.

**11.4.4.** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência, que comprovem que o ramo de atividade da empresa é compatível com o objeto da Licitação.



- 11.4.5.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores, que comprovem que o ramo de atividade da empresa é compatível com o objeto da Licitação.
- 11.4.6.** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
- 11.4.7.** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.
- 11.4.8.** No caso de consórcio autorizado, o ato de oficialização da atividade consorciada com os devidos documentos comprobatórios da sua diretoria e poderes a eles autorizados.
- 11.4.9.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **11.5. Regularidade fiscal e trabalhista:**

- 11.5.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CNPJ), conforme o caso.
- 11.5.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 11.5.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- 11.5.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho (CNDT), mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.



- 11.5.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 11.5.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- 11.5.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- 11.5.8. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 11.5.9. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

#### 11.6. Qualificação econômico-financeira:

- 11.6.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica em conjunto com a certidão ou declaração expedida por órgão competente, informando a quantidade e as competências dos Distribuidores da Comarca da sede da pessoa jurídica.
- 11.6.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.
  - 11.6.2.1. O Balanço Patrimonial deverá estar assinado pelo Representante Legal da licitante e pelo Contador ou Técnico em Contabilidade, com indicação de seu número de Registro no CRC.
  - 11.6.2.2. **Para efeito de segurança no procedimento licitatório, o Balanço Patrimonial a ser apresentado,**



**deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial do Estado sede da empresa licitante.**

- 11.6.2.3.** Poderá ser apresentado, para de autenticação dos livros contábeis, a Escrituração Digital, através da apresentação do recibo de entrega e Demonstrações Financeiras (sendo dispensada a autenticação nas juntas comerciais conforme o Disposto no Decreto nº 8.683 de 25/06/2016), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta.
- 11.6.2.4.** **No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);**
- 11.6.2.5.** No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.
- 11.6.2.6.** É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.
- 11.6.2.7.** Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
- 11.6.3.** A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas, conforme Anexo III.
- 11.6.4.** A não apresentação ou incorreções nos referidos índices, inabilitará a empresa caso esta possua resultado inferior ou igual





a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), salvo se comprovar possuir, considerando os riscos para a Administração, e a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 2% (dois por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

### **11.7. Qualificação técnica:**

**11.7.1.** Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através de um ou mais Atestados de Capacidade técnica emitido por Pessoa Jurídica Pública ou Privada.

**11.7.1.1.** O atestado deverá demonstrar a qualidade e segurança dos insumos/serviços a serem prestados, buscando avaliar a capacidade da contratada de produzir, fabricar, reembalar, importar e/ou armazenar insumos farmacêuticos e correlatos, assim, a garantia de que tais insumos, ainda que importados, sejam corretamente armazenados e transportados.

**11.7.2.** Registro no Ministério da Saúde - ANVISA, para os equipamentos, bem como para os insumos.

**11.8.** Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload).

**11.8.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**11.8.2.** Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**11.8.3.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



**11.8.4.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**11.8.5. Serão considerados os prazos de validade expressos nos documentos.**

**11.8.5.1.** Para os documentos que não apresentarem esta informação, será considerado como prazo de validade o período de 180 (cento e oitenta) dias a partir de sua emissão, com exceção dos atestados de capacidade técnica que por Lei é vedada a limitação de tempo.

**11.8.5.2.** Os certificados/certidões deverão ter prazo de validade com vencimento até, no mínimo, a data marcada para a abertura do certame.

**11.9. Além dos documentos previstos no item 10.4, 10.5, 10.6 e 10.7, as empresas DEVERÃO encaminhar os anexos III e V:**

**Anexo III – Declaração de análise econômico-financeira.**

**Anexo V – Declaração conjunta de prazo de fornecimento, artigo 88 da lei orgânica municipal e sobre funcionário inelegível.**

**11.9.1.** As declarações contidas no item supramencionado, quando não apresentadas pelo licitante em sua documentação, deverão ser enviadas em até 30 (trinta) minutos quando solicitadas pelo Pregoeiro.

**11.10.** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

**11.11.** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

**11.12.** A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções



previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

- 11.13.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 11.14.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 11.15.** O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.
- 11.16.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **12. DOS RECURSOS:**

- 12.1.** Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 20 (vinte) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 12.2.** Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 12.2.1.** Nesse momento, o pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.



**12.2.2.** A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

**12.2.3.** Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**12.3.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**12.4.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

### **13. DA REABERTURA DA SESSÃO:**

**13.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:

**13.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**13.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**13.2.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**13.2.1.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, ou, de acordo com a fase do procedimento licitatório.



- 13.2.2.** A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

#### **14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:**

- 14.1.** O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 14.2.** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

#### **15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:**

- 15.1.** Não será exigida garantia.

#### **16. DA CONTRATAÇÃO:**

- 16.1.** Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 16.1.1.** O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 16.1.2.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento.



- 16.2.** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 16.3.** O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
- 16.3.1.** A referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993.
  - 16.3.2.** A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos.
  - 16.3.3.** A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.
- 16.4.** Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.
- 16.4.1.** Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.
  - 16.4.2.** Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
- 16.5.** Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.





**16.6.** Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

## **17. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.**

**17.1.** A empresa deverá entregar os equipamentos e insumos 70 (setenta) dias após a assinatura do contrato, emissão da Ordem de Compra e Empenho.

**17.2.** Correrão por conta da empresa vencedora todas as despesas com mão-de-obra e transporte **e a garantia com substituições de peças e objetos com defeitos de fabricação dentro do prazo de garantia.**

**17.3.** Os equipamentos deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Francisco Sá, 299, Várzea – Teresópolis/RJ.

**17.4.** O material deverá ser entregue conforme especificações deste Edital e Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.

**17.5.** O recebimento será efetivado nos seguintes termos:

**17.5.1. PROVISORIAMENTE**, para efeito de posterior verificação do produto ofertado com as especificações constantes neste Termo de Referência, e similaridade com as amostras aprovadas no certame;

**17.5.2. DEFINITIVAMENTE**, após a verificação da qualidade e quantidade do produto e consequente aceitação pelo Setor competente.

**17.6.** A Secretaria Municipal de Saúde reserva-se o direito de não receber o produto em desacordo com o previsto neste Edital e Termo de Referência, podendo aplicar as sanções cabíveis, nos termos da legislação vigente.

## **18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**18.1.** São obrigações da Contratante:



- 18.1.1.** Receber o material, conforme local, data e horário estipulados na Ordem de Compra.
- 18.1.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos equipamentos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 18.1.3.** Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidade verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- 18.1.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da entrega do material e de tudo dará ciência à Secretaria.
- 18.1.5.** Conferir os produtos no ato da entrega, não aceitando, sob qualquer hipótese, alguma avaria e violação na embalagem, se for o caso.
- 18.1.6.** Efetuar o pagamento no prazo previsto.
  - 18.1.6.1.** A Secretaria Municipal de Saúde obriga-se ao pagamento dos insumos adquiridos no mês.
  - 18.1.6.2.** Para suprir quaisquer eventualidade (margem de segurança), quando necessário serão acrescidos na Nota Fiscal para pagamento do mês, com justificativa do Fiscal do Contrato.
- 18.1.7.** O consumo deverá ser compatível com o estipulado mínimo.
- 18.1.8.** Em caso de aumento (demanda) de consumo, o mesmo deverá ser justificado com comprovação.
- 18.1.9.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



## 19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**19.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, e ainda:

**19.1.1.** Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas sendo que a Administração Municipal não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**19.1.2.** Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do Procedimento Licitatório.

**19.1.3.** Fornecer os equipamentos conforme especificados neste Edital e Termo de Referência, acompanhado da respectiva Nota Fiscal constando detalhadamente a indicação da marca/fabricante indicada na proposta comercial apresentada na ocasião do certame.

**19.1.3.1.** Deverá fornecer treinamento sobre a operação dos equipamentos instalados.

**19.1.4.** Comunicar à Secretaria Municipal de Saúde, por escrito, quaisquer condições inadequadas ao fornecimento do objeto ou a iminência de fatos que possam prejudicar sua perfeita execução.

**19.1.5.** Ter a capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo.

**19.1.6.** Não transferir a terceiro, por qualquer formas, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou contrato.

**19.1.7.** Manter com a Contratante relação sempre formal, por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser de imediato, confirmados por escrito; arcar com todos os ônus e encargos decorrentes da execução do objeto do contrato, compreendidas todas as despesas incidentes direta ou indiretamente no custo, inclusive os previdenciários e fiscais, tais



como impostos ou taxas, custos de deslocamento necessários ao fornecimento dos bens objeto deste Termo;

- 19.1.8.** Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de licitação, consoante o que preceitua o inciso XIII do artigo 55 da Lei nº. 8.666/93, atualizada.
- 19.1.9.** Responsabilizar-se por todos os prejuízos que por ventura ocasione ao Município ou a terceiros, em razão da execução do fornecimento decorrente do material do Edital e Termo de Referência.
- 19.1.10.** Comunicar à Secretaria Municipal de Saúde no prazo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 19.1.11.** Responsabilizar-se pelas despesas comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato, como obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração.
- 19.1.12.** Os serviços de manutenção preventiva constarão da verificação periódica das condições gerais de funcionamento, limpeza, ajustes, testes, substituições de peças ou componentes, quando necessário. Serão realizadas no mínimo 02 (duas) visitas anuais, previamente agendadas com o Contratante, fornecimento de laudo que identifique os itens verificados e correções efetuadas; fornecimento de todas as ferramentas e instrumentos medidores indispensáveis à realização das manutenções preventivas acima referidas.
- 19.1.13.** Será de responsabilidade da Contratada a qualificação de operação, calibração, qualificação de desempenho e/ou validação (a cada 06 (seis) meses) do equipamento em comodato. A referida calibração deve ser comprovada mediante apresentação de certificado de calibração do equipamento rastreável a RBC (Rede Brasileira de Calibração);



**19.1.14.** O serviço de manutenção e calibração pode ser terceirizado pela Contratada

**19.1.15.** Deverá ser realizada quando ocorrerem problemas de funcionamento, assim entendido como qualquer defeito que venha interferir no bom funcionamento do equipamento, a substituição do mesmo no prazo de 48 horas.

#### **19.1.16. Dos Equipamentos**

**19.1.16.1.** O equipamento aprovado, a ser instalado, novo, em linha de produção e que atenda às necessidades deste descritivo técnico.

**19.1.16.2.** Os *upgrades* do equipamento deverão ser informados ao Hemonúcleo/ SMS pela contratada e o equipamento ser atualizado em até no máximo 60 (sessenta) dias do seu lançamento.

**19.1.16.3.** Os equipamentos que estão no Hemonúcleo poderão ser utilizados pela contratada mas sobre a responsabilidade das manutenções e calibrações dos mesmos.

#### **19.1.17. Insumos**

**19.1.17.1.** Os insumos deverão ser entregues com identificação do lote, data de vencimento e bula em português, com todas as informações técnicas.

**19.1.17.2.** Todos os reagentes, controles, calibradores e demais insumos fornecidos, necessários ao bom funcionamento do equipamento, deverão ser originais de fábrica.

**19.1.17.3.** O equipamento deve permitir a rastreabilidade dos lotes e validade dos reagentes utilizados nos testes e controle de qualidade, pelo tempo de retenção requerida nas normas vigentes.

**19.1.17.4.** Os produtos deverão fornecer resultados precisos e exatos quando comparados aos resultados obtidos com seus controles.

**19.1.17.5.** Os valores dos controles fornecidos pelo fabricante deverão manter-se dentro da faixa estabelecida na bula fornecida durante todo o prazo de validade, quando aplicável.



**19.1.17.6.** Nas situações em que forem observadas perdas de insumos e acessórios decorrentes de mau funcionamento do equipamento em razão de manutenção corretiva e/ou preventiva deficiente por parte da empresa contratada, bem como qualquer outro consumo anormal e inesperado decorrente de falha nessas manutenções, a empresa contratada receberá uma notificação por escrito do fiscal, oriunda de um relatório que comprove a razão da perda do material e deverá repor em até no máximo 05 (cinco) dias úteis o material e os insumos perdidos sem quaisquer ônus à essa administração, As situações não previstas neste item serão analisadas caso a caso, visando definir as responsabilidades para fim de reposição do material.

**19.1.17.7.** Todo e qualquer processo de retirada ou entrega de material (insumos, acessórios, equipamentos) deverá ser custeada pela empresa contratada.

**19.1.17.8.** Os reagentes deverão ser compatíveis com os equipamentos correspondentes

## **20. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

**20.1.** A fiscalização e o recebimento definitivo do material objeto deste Edital serão feitos pela Secretaria Municipal de Saúde.

**20.2.** Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do bem, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

**20.3.** No caso da entrega do equipamento apresentar alguma irregularidade, esta será recusada, cabendo à detentora substituí-lo por outra com as mesmas características exigidas, no prazo a ser determinado pela Secretaria Municipal de Saúde.

**20.4.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.





**20.5.** O representante da Secretaria Municipal de Saúde anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **21. DO PAGAMENTO**

**21.1.** O pagamento será efetuado após 30 (trinta) dias do primeiro mês, e assim subsequente. Devendo a contratada apresentar no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Teresópolis/RJ, a nota de Empenho, Ordem de Compra, juntamente com a documentação exigida nos itens subsequentes.

**21.2.** A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

**21.2.1.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

**21.3.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**21.4.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**21.5.** Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

**21.6.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo,



apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

- 21.7.** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 21.8.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 21.9.** Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 21.10.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 21.10.1.** Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 21.11.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 21.11.1.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 21.12.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a



taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

365

## 22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

**22.1.** Comete infração administrativa, a Contratada que praticar qualquer ato previsto no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002, notadamente os abaixo descritos:

**22.1.1.** Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação.

**22.1.2.** Ensejar o retardamento da execução do objeto.

**22.1.3.** Falhar ou fraudar na execução do contrato.

**22.1.4.** Comportar-se de modo inidôneo.

**22.1.5.** Cometer fraude fiscal.

**22.1.6.** Deixar de apresentar amostras, quando solicitadas.

**22.1.7.** Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame.



**22.2.** O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**22.2.1.** Multa moratória de 0,5% (meio por cento) calculada sobre a parte não cumprida do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, quando se configurar a inexecução total ou parcial do ajuste, na dependência da gravidade do dano, tudo de acordo com a decisão da autoridade competente.

**22.2.2.** Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

**22.2.2.1.** Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

**22.2.3.** Multa de 0,01%, calculada sobre o valor da proposta apresentada no certame pelo licitante, caso este não apresente amostras, quando solicitadas.

**22.2.4.** Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

**22.3.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**22.4.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

**22.4.1.** As notificações decorrentes de procedimentos de punições administrativas serão feitas através de Carta Registrada, publicação dos atos no D.O.E do Município, ou pelos e-mails informados pelo fornecedor no certame e no decorrer e no decorrer da contratação;

**22.4.2.** Após a instauração do procedimento, a empresa será notificada através de um dos meios previstos no subitem anterior, para apresentar sua defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;



**22.4.3.** Caso após a defesa prévia da empresa, a administração pública apresente novas provas ou argumentos, a empresa será notificada para apresentar suas alegações finais, no prazo de 10 (dez) dias;

**22.4.4.** Após a decisão, independente da aplicação ou não de sanções, a empresa será cientificada através de um dos meios previstos no subitem 23.4.1, sendo certo que terá outros 5 (cinco) dias úteis para apresentação de recurso à autoridade máxima, que decidirá no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

**22.5.A** autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**22.6.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**22.7.** As demais sanções por atos praticados no decorrer da contratação poderão estar previstas no Termo de Referência (Anexo I).

**22.8.** O prazo para pagamento de multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada, sendo possível, a critério da Administração, o desconto das respectivas importâncias do valor eventualmente devido.

**22.9.** O não pagamento de multas no prazo previsto ensejará a inscrição do respectivo valor como dívida ativa, sujeitando-se a DETENTORA ao processo judicial de execução.

### **23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:**

**23.1.** Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

**23.2.** A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [licitacao.impugnacao@teresopolis.rj.gov.br](mailto:licitacao.impugnacao@teresopolis.rj.gov.br), ou por petição dirigida ou protocolada no Protocolo Geral do Município, Avenida Feliciano Sodré, 675, Várzea, Teresópolis/RJ.

**23.3.** Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.



- 23.4.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 23.5.** Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 23.6.** O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 23.7.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 23.7.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 23.8.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

#### **24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

- 24.1.** Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 24.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 24.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 24.4.** O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 24.5.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.





- 24.6.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 24.7.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 24.8.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 24.9.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 24.10.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 24.11.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 24.12.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 24.13.** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.licitacao.teresopolis.rj.gov.br](http://www.licitacao.teresopolis.rj.gov.br), e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Avenida Feliciano Sodré, 611, 3º andar, Várzea, Teresópolis, RJ, nos dias úteis, no horário das 12:00 horas às 18:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 24.14.** Todos os requerimentos a serem realizados pelo contratado ou detentor de atas de registro de preços, decorrentes ou não de contratações posteriores à assinatura da ata, deverão ser formalizados no setor de protocolo geral da Prefeitura de Teresópolis, localizado na Avenida Feliciano Sodré, 675, Várzea – Teresópolis, inclusive os de reequilíbrio, cancelamento e troca de marca.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS  
*Secretaria Municipal de Administração*  
Departamento de Suprimentos e Licitação  
[www.licitacao.teresopolis.rj.gov.br](http://www.licitacao.teresopolis.rj.gov.br)

PMT-RJ  
PROCESSO Nº 14.890/2021

RUBRICA: FLS:

**24.15.** O foro da Cidade de Teresópolis, será o único competente para dirimir e julgar toda e qualquer dúvida relativa ao presente procedimento, com exclusão de qualquer outro.

**24.16.** São integrantes deste Edital:

Anexo I Termo de Referência.

Anexo II Modelo de Proposta de Preços.

Anexo III Modelo análise econômico-financeiro.

Anexo IV Minuta do contrato.

Anexo V Modelo de declaração conjunta sobre funcionário inelegível, prazo de entrega e do Artigo 88 da Lei Orgânica Municipal.

**Teresópolis, 09 de dezembro de 2021.**

**Antônio Henrique Vasconcellos da Rosa**  
**Secretário Municipal de Saúde**  
**Mat. 4.16513-6**



## **ANEXO I**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

#### **1. INTRODUÇÃO**

Este Termo de Referência foi elaborado em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, o Decreto Municipal 3.674 de 18 de maio de 2009, Decreto Municipal 4.845 de 07 de fevereiro de 2017 e as disposições contidas na Lei Federal no 8.666/93 e Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas posteriores modificações.

#### **2. DO OBJETO**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO E MANUTENÇÃO, COM FORNECIMENTO DE INSUMOS E REATIVOS PARA O HEMONÚCLEO MUNICIPAL**, para realização de exames no laboratório.

#### **3. JUSTIFICATIVA**

Locação de equipamento com fornecimentos de insumos, necessários para efetiva e correlata utilização dos suprimentos, devendo ser garantida a manutenção corretiva, preventiva e treinamento de pessoal para utilização dos mesmos, de forma, que acompanhe a evolução tecnológica sem ônus para o município. A locação dos equipamentos (item obrigatório do processo) tem economicidade para o município devido a manutenção realizada pela mesma empresa, responsável pelo contrato dos mesmos.

#### **4. ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

Especificações e quantitativos conforme a seguir:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS  
Secretaria Municipal de Administração  
Departamento de Suprimentos e Licitação  
www.licitacao.teresopolis.rj.gov.br

PMT-RJ  
PROCESSO Nº 14.890/2021

RUBRICA: FLS:

ITEM	CATMAT	QUANT	UNI	PERÍODO	DESCRIÇÃO EQUIPAMENTOS	VALOR UNITÁRIO	TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL
1	14206	1	UNI	12 MESES	AGITADOR DE PLAQUETAS	R\$ 745,00	R\$ 745,00	R\$ 8.940,00
2	14206	3	UNI	12 MESES	ALICATE DE ORDENHA	R\$ 80,00	R\$ 240,00	R\$ 2.880,00
3	14206	1	UNI	12 MESES	ANALISADOR IMUNOHEMATOLOGIA	R\$ 19.500,00	R\$ 19.500,00	R\$ 234.000,00
4	14206	1	UNI	12 MESES	AUTOCLAVE	R\$ 360,00	R\$ 360,00	R\$ 4.320,00
5	14206	2	UNI	12MESES	BALANÇA DE PRECISÃO	R\$ 280,00	R\$ 560,00	R\$ 6.720,00
6	14206	4	UNI	12 MESES	CADEIRAS DE COLETA	R\$ 600,00	R\$ 2.400,00	R\$ 28.800,00
7	14206	2	UNI	12 MESES	CÂMARA REFRIGERADA COM PORTA DE VIDRO	R\$ 1.118,00	R\$ 2.236,00	R\$ 26.832,00
8	14206	1	UNI	12 MESES	CENTRIFUGA REFRIGERADA	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 144.000,00
9	14206	2	UNI	12 MESES	DESCONGELADOR DE PLASMA	R\$ 2.880,00	R\$ 5.760,00	R\$ 69.120,00
10	14206	1	UNI	12 MESES	FRACIONADORA AUTOMÁTICA	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 30.000,00
11	14206	2	UNI	12 MESES	FREEZER PARA PLASMA	R\$ 1.500,00	R\$ 3.000,00	R\$ 36.000,00
12	14206	2	UNI	12 MESES	HEMOGLOBINOMETRO	R\$ 300,00	R\$ 600,00	R\$ 7.200,00
13	14206	4	UNI	12 MESES	HOMOGENEIZADOR PARA BANCO DE SANGUE	R\$ 1.560,00	R\$ 6.240,00	R\$ 74.880,00
14	14206	2	UNI	12 MESES	INCUBADORA PARA TUBOS DE ENSAIO	R\$ 100,00	R\$ 200,00	R\$ 2.400,00
15	14206	2	UNI	12 MESES	SELADORA PORTÁTIL	R\$ 1.350,00	R\$ 2.700,00	R\$ 32.400,00
<b>VALOR TOTAL DOS ITENS</b>							<b>R\$ 59.041,00</b>	<b>R\$ 708.492,00</b>



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS  
Secretaria Municipal de Administração  
Departamento de Suprimentos e Licitação  
[www.licitacao.teresopolis.rj.gov.br](http://www.licitacao.teresopolis.rj.gov.br)

PMT-RJ  
PROCESSO Nº 14.890/2021

RUBRICA: FLS:

ITEM	CATMAT	QUANT	UNI	PERÍODO	DESCRIÇÃO INSUMOS	VALOR UNITÁRIO	TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL
1	370596	128	UNI	12 MESES	BOLSA DUPLA	R\$ 38,50	R\$ 4.928,00	R\$ 59.136,00
2	368143	112	UNI	12 MESES	BOLSA TRIPLA	R\$ 44,00	R\$ 4.928,00	R\$ 59.136,00
3	338605	200	UNI	12 MESES	LANCETA	R\$ 0,50	R\$ 100,00	R\$ 1.200,00
4	381278	200	UNI	12 MESES	MICROCUVETAS	R\$ 3,60	R\$ 720,00	R\$ 8.640,00
5	382698	360	TESTE	12 MESES	TESTE DE CLASSIFICAÇÃO ABO RH + REVERSA	R\$ 6,90	R\$ 2.484,00	R\$ 29.808,00
6	382698	90	TESTE	12 MESES	TESTE DE RECLASSIFICAÇÃO ABD	R\$ 5,80	R\$ 522,00	R\$ 6.264,00
7	478009	360	TESTE	12 MESES	TESTE PESQUISA DE ANTICORPOS IRREGULARES CÉLULAS I E II	R\$ 7,20	R\$ 2.592,00	R\$ 31.104,00
8	352044	360	TESTE	12 MESES	TESTE PARA PROVA DE COMPATIBILIDADE SANGUÍNEA	R\$ 5,40	R\$ 1.944,00	R\$ 23.328,00
9	383559	54	TESTE	12 MESES	TESTE PESQUISA D FRACO	R\$ 3,50	R\$ 189,00	R\$ 2.268,00
10	338051	140	TESTE	12 MESES	TESTE DE FONOTIPAGEM RH KELL	R\$ 8,00	R\$ 1.120,00	R\$ 13.440,00
11	335877	12	TESTE	12 MESES	IDENTIFICAÇÃO DE ANTICORPOS ANTI-ERITROCITÁRIOS	R\$ 79,00	R\$ 948,00	R\$ 11.376,00
12	333587	4	KIT	12 MESES	SUSPENSÃO DE HEMÁCIA PARA CLASSIFICAÇÃO SANGUÍNEA A1 E B	R\$ 540,00	R\$ 2.160,00	R\$ 25.920,00
13	366984	20	FRC	12 MESES	REAGENTE PARA PESQUISA DE ANTICORPOS IRREGULARES	R\$ 106,00	R\$ 2.120,00	R\$ 25.440,00
14	19127	1	KIT	12 MESES	CONTROLE DE QUALIDADE	R\$ 520,00	R\$ 520,00	R\$ 6.240,00
15	434421	500	UNI	12 MESES	PONTEIRA UNIVERSAL	R\$ 0,30	R\$ 150,00	R\$ 1.800,00
16	478336	1.000	UNI	12 MESES	MICROTUBO CAPACIDADE 1,5	R\$ 0,15	R\$ 150,00	R\$ 1.800,00

Antônio Henrique Vasconcellos da Rosa  
Secretário Municipal de Saúde  
Mat. 4.16513-6



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS  
Secretaria Municipal de Administração  
Departamento de Suprimentos e Licitação  
www.licitacao.teresopolis.rj.gov.br

PMT-RJ  
PROCESSO Nº 14.890/2021

RUBRICA: FLS:

17	434423	1.000	UNI	12 MESES	TUBO DE HEMÓLISE 12 X 75 POLIPROPILENO	R\$ 0,20	R\$ 200,00	R\$ 2.400,00
<b>VALOR TOTAL DOS ITENS</b>							<b>R\$ 25.775,00</b>	<b>R\$ 309.300,00</b>
<b>VALOR TOTAL GLOBAL</b>							<b>R\$ 84.816,00</b>	<b>R\$ 1.017.792,00</b>

Referências de fabricantes no mercado nacional para analisador imunohematológico:

Ortho-clinical Diagnostics;

DiaMed/Bio-Rad;

Grifols;

Fresenius Kabi.

Para o teste de D fraco confirmatório será exigida a apresentação do Controle RhD do teste.

## ESPECIFICAÇÕES

### EQUIPAMENTOS

**Item 01** - Agitador de plaquetas Painel com display de cristal líquido (LCD) com controle microprocessado, teclado para ajustes de tempo de processo, velocidade e início e parada da agitação; Velocidade





ajustável em 70bpm; Base construída em chapa de aço com pintura epóxi de alta resistência e eletrostática; Plataforma com 6 prateleiras removíveis em aço inox com capacidade para até 48 bolsas de concentrado de plaquetas; Sistema de timer programável de 01 minuto à 24 horas ou funcionamento contínuo; Alarme audiovisual para falta de energia, com indicação de Led no painel do equipamento com bateria de 9V recarregável, sendo acionado por chave no painel; Tecla no painel para pausa e início do ciclo, facilitando a remoção e inclusão de bolsas.

**Item 02** - Alicates de ordenha em liga de carbono, utilizado para retirada de sangue residual em segmentos de bolsa de sangue, com dois roletes em aço inox para refluir o sangue do segmento não necessitando de requisitos especiais para seu armazenamento. Peso 70g.

**Item 03** - Analisador Automatizado - O equipamento deve ser controlado por um microprocessador idealizado para automatizar completamente o teste de diagnóstico in vitro de imunohematologia em sangue humano. Permitir automatizar as funções de processamento dos testes, interpretações dos resultados e gestão dos dados. Deve automatizar testes de imunohematologia padrão que usam uma plataforma baseada em tiras de micro-poços. As análises incluem grupagem ABO e Rh (D), pesquisa/identificação de anticorpos de glóbulos vermelhos IgG, testes de compatibilidade e fenotipagem de glóbulos vermelhos. O equipamento deverá ter performance de 75 amostra de ABO e PAI por hora/equipamento. Evitando manipulação de residual do material biológico contaminante, o analisador de imuno-hematologia deverá ter conexão direta com a rede de esgoto.

**Item 04** - Autoclave horizontal : equivalente ou de qualidade superior a estas especificações: aparelho para esterilização á vapor sob pressão; capacidade da câmara 21 litros; bivolt automático 127/220V; Pressão de esterilização : 2,3Kgf/cm<sup>2</sup>(\_0,2Kgf/cm<sup>2</sup>); Temperatura de operação: 100 a 134°C; Potência: 1500 a 1600 Watts: Porta da câmara interna em aço inox; câmara interna em aço inox; Abastecimento manual da câmara com água destilada; Acompanha galão de descarte com mangueira , abraçadeira e copo dosador de água; dimensão



externa: 35 a 45 cm largura; 35 a 45 cm altura, 55 a 65 cm profundidade; peso bruto: 25 a 35kg.

**Item 05** - Balança semi-analítica eletrônica de precisão; gabinete resistente a corrosão e oxidação, em alumínio; dispositivo antifurto, que facilita a fixação da balança; display LCD com alto contraste de fácil visualização, com exibição das unidades de medida, símbolos e funções; dotada das seguintes funções: porcentagem, contagem de peças, formulação e comparador de pesos; capacidade de gerar relatórios com data e hora e número de série; dotada de relógio de tempo real com bateria de longa vida útil (duração mínima de 5 anos); fonte de alimentação externa, tensão de operação bivolt de 90 a 240 Volts, 50/60Hz, potência consumida 5VA; saída serial RS 232C; capacidade: 5.100g; divisão: 0,1g; repetitividade: 0,2g; linearidade: 0,2g; dimensões do prato: circular de 135mm; faixa de tara: Até a carga máxima; temperatura de uso: 15 a 35°C; tempo de estabilização: 0,5 a 4 segundos; ajuste de rede elétrica: 90 a 240V AC; garantia de fábrica de 12 meses; Manual de instruções em português; selo e certificado de aprovação pelo INMETRO. manual de operação em português; garantia do fabricante mínima de 01 (um) ano; embalagem com dados de identificação do produto e marca do fabricante.

**Item 06** - Poltrona hospitalar para hemodiálises motorizada com três motores. Construída em tubo de aço 50 x 30 x 2,00mm com pés recuados, revestida com uma carenagem em material termoplástico de alta resistência. Dividido em 3 partes sendo, dorso, assento e pernas. Estofado anatômico construído em espuma D-45 com revestimento em courvim de primeira qualidade. Braços com apoio em toda extensão antebraço, eleváveis com regulagem de altura, côncavos e acolchoados e revestimento em courvin. Sistema de acionamento dos movimentos por motores elétricos, feito através de comando destacável, junto ao assento da poltrona. Tensão principal 110/220 Volts - 50/60 Hz e tensão secundária 24 Volts - 2 A. Elevação de altura, trendelemburg, dorso e pernas independentes. Rodízios com banda de rodagem condutiva e freios de dupla ação em diagonal. Capacidade: Até 250 Kg. Acabamento em pintura eletrostática a pó



com resina epóxi-poliéster e polimerizado em estufa, excelente resistência química e mecânica, após tratamento antiferruginoso.

**Item 07** - Câmara para armazenamento de sangue e concentrados eritrócitos (hemácias) em  $+4^{\circ}\text{C} \pm 1.5^{\circ}\text{C}$  legalmente seguro, de acordo com as normas DIN 58371, ONORM K 2030 & Medical 93/42/ CEE, porta de vidro com vidro isolante TRIPLO para checagens rápidas e pré-seleção do conteúdo armazenado, interruptor operado por chave padrão (botão lig/deslig) trava de segurança na porta, indicador de temperatura digital (visor 0,1 dígitos), sistema de resfriamento controlado para temperatura constante incluindo a temperatura de distribuição no interior de toda câmara de refrigeração, desligamento automático do ventilador quando a porta frontal é aberta, sistema de alarme auto suficiente com bateria integrada que assume a função e a mensuração do valor de temperatura em caso de falta de energia pelo menos 48 horas, sinal acústico/ visual em caso de alarme de temperatura e falta de energia elétrica, todos os dados relevantes de alarme de temperatura e de falta de energia elétrica são armazenados no histórico de alarmes como por exemplo, datas e horários do início e término, temperaturas mínimas, máxima e média, teste de funcionamento do alarme com simulação de aumento ou queda de temperatura com objetivo de testar a funcionalidade do sistema de controle, controle de sistema através de auto-diagnose, termostato de segurança impede a queda de temperatura dos produtos armazenados abaixo  $+2^{\circ}\text{C}$ , ILUMINAÇÃO EM LED, alarme de porta aberta, sinal de alarme de transmissão remota( através de contato sem potencial ) no caso de alarme de temperatura e falta de energia elétrica (contato de comutação)fechamento automático da porta frontal abaixo de  $90^{\circ}$  da abertura da porta, interior em aço inoxidável, classe climática (faixa de temperatura ambiente) SN/T( $+10^{\circ}\text{C}$  a  $+43^{\circ}\text{C}$ ) rodízios com estabilizadores para flexibilidade de movimento, interface RS 485 para exibição de todas as funções operacionais e de controle (configuração de hardware) através de software de monitoramento DMN em um dispositivo periférico (computador), pacote software DMN, isolamento da porta 100 mm com vidro de triplo, fabricados de acordo com as normas DIN 58371(Alemanha,



“BLUTKONSERVEN-KUHLGERATE”/REFRIGERADORES DE SANGUE), ONORM K 2030 (Austria, “BLUTKONSERVEN-KUHLGERATE” REFRIGERADORES DE SANGUE), EUROPEIA MEDICAL DEVICE DIRECTIVA 93/42/CEE, em conformidade com: AS3864 (AUSTRALIA, “EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO DE MEDICINA-PARA O ARMAZENAMENTO DE SANGUE E HEMODERIVADOS”), BS 4376-1: 1991 (REINO UNIDO, “otimização técnicas em termos de economia e proteção ambiental comprovada através de uso de gases naturais como refrigerantes, consumo de energia de 40-60% menor, até 40% menos energia necessária, acima de 80% menos ejeção de calor, redução drástica e isolamento do nível de ruído através do sistema de porta otimizada dando melhores condições ao local de trabalho, registrador gráfico, dimensões 1735x 850 x 785 mm , volume bruto 408 kg, certificado CE , GMP, CE 0499, ISO EN 13485, TUV CERT, IMDG 2002/84/S, EN 12469, consumo de energia (KW/24horas) 1.00- (41% menor que os modelos tradicionais), nível de ruído 42(dB(A)), organismo de referência para o sensor do visor com liquido de 100ml DOW corning 2900-5CST ( óleo de silicone) que estimula a inércia da temperatura do produto armazenado, capacidade 120 bolsas 450ml ou 160 de 350ml, dimensões externas 1305x850x785mm, peso bruto 246kg.

**Item 08** - Centrifuga digital refrigerada de solo. Rotação até 4.300 RPM. Software com capacidade para mais de 12 programas. Temporizador de 01 a 999 minutos com rotor usinado em liga de alumínio especial. Motor trifásico. Bacia - cuba interna e tampa de fechamento com proteção microbiológica em aço inox e fechamento automático motorizado. Possuir avisos de desbalanceamento tampa aberta, temperatura alta, temperatura baixa, final de centrifugação. Alimentação 220Vts. Capacidade: 6 Bolsas de coleta de sangue 500 ML.

**Item 09** - Descongelador de plasma e cestas construídos em aço inoxidável polido Exterior em pintura epóxi antiferrugem com tratamento antibacteriano Cestas internas móveis, com espaço para bolsas totalmente separado. Abertura de acesso ao interior do equipamento de tamanho grande que facilita para facilitar a limpeza. Tampa da abertura de acesso ao equipamento em material resistente. Sistema de dreno que permite esvaziamento fácil e rápido da câmara para facilitar a limpeza. Sistema eletrônico de controle de temperatura.



Controlador de temperatura microprocessado com alarme visual e sonoro para altas temperaturas e final de ciclo de congelamento. Display com controles independentes para cada cesta de descongelamento Capacidade de descongelamento de até 2 unidades de bolsas de plasma Elétrica: 100 V 50 Hz 8A, 115 V 50/60 Hz 6A , ou 230 V 50/60 Hz 3A. Temperatura de operação: 5 até 35° C. Dispositivo de acordo com os padrões CSA 151 e UL padrão 1252 para construção e segurança elétrica.

**Item 10** - Extrator automático de componentes sanguíneos compatível com bolsas para coleta de sangue convencionais ou T&B (TOP & BOTTOM), com duas prensas eletrônicas completamente controladas para velocidade, posição e força, procedimentos de remoção de ar automáticos, com controles de buffy-coat (camada leucoplaquetária) quando se utiliza bolsas T&B , regulador de fluxo com sensor ótico de alta precisão, seis componentes seladores, balanças, leitor de código de barras, controle de posicionamento de tubos, comunicação Wi-fi ou RS485, prensa principal com balança integrada. Deve permitir a abertura do lacre automatizada evitando LER.

**Item 11** - Freezer- Equipamento vertical de formato externo e interno retangular, desenvolvido especificamente para a guarda científica.- Câmara interna em aço inoxidável com seis prateleiras ou gavetas fabricadas em aço inoxidável.- Capacidade para armazenamento mínimo de 500 litros úteis ou 450 bolsas de 500 ml.- Isolamento térmico mínimo de 70 mm nas paredes em poliuretano injetado Poweredby TCPDF () expandido livre de CFC.- Refrigeração por compressor hermético, selado, de baixo consumo de energia, com sistema de circulação forçado de ar interno, garantindo uma maior homogeneidade na temperatura interna.- Degelo automático seco com evaporação de condensado sem trabalho adicional.- Equipado com 4 rodízios especiais com freio na parte frontal para fácil travamento.- Porta tipo "cega" por acesso vertical.- Iluminação interna temporizada em led de alta capacidade e vida útil, acionamento na abertura da porta ou externamente direto no painel com tempo programável pelo usuário.- Painel de comandos e controles frontal superior de fácil acesso, com sistema microprocessado pelo display em lcd, programável de -15°C a -35°C com temperatura controlada automaticamente a -30°C por solução diatérmica, apresentando simultaneamente a visualização das temperaturas de momento, máxima e mínima, descrição de eventos e nível de carga da bateria.- Painel em LCD com saída UBS para o armazenamento de temperaturas, alarmes e evento para conexão de PENDRIVE. (Pendrive não disponível pela Indrel)- Alarme visual e sonoro dotado de bateria recarregável para registros de eventos de máxima e mínima temperatura, falta de energia, porta aberta e ausência de pendrive diretamente no painel.- Silenciador do alarme sonoro, de apenas um toque.-



Acesso do usuário ao ajuste de parâmetros através de senha diretamente no display.- Sistema de redundância elétrico / eletrônico garantindo perfeito funcionamento do equipamento.- Sistema de bateria para acionamento dos alarmes na falta de energia.- Chave geral de energia – liga desliga.

**Item 12** - Hemoglobinômetro portátil. - leitura da hemoglobina dentro de 10 segundos; por fotometria digital; medição através de absorvância do sangue total em um ponto isobéctico de Hb/HbO<sub>2</sub> em dois comprimentos de onda 506 nm e 880 nm; calibrado de fábrica, opera em temperatura de 10-40°C e não necessita de calibrações adicionais; sistema automático de auto teste para verificação de calibração do fotômetro no início e em intervalos regulares; Alimentação: Automática 100-240 V - 50/60 Hz ou 4 pilhas do tipo AA.

**Item 13** - Homogeneizadores com monitor de coleta de sangue moderno desenhado com avançada tecnologia, aceita qualquer tipo de bolsa de sangue. Homogeneização 3D garante melhor mistura do sangue com o anticoagulante. Alarmes ajustáveis para fluxos altos ou baixos e esquema de tempo de doação máximo de até 20 minutos. Valores padrão programados para os parâmetros mais comuns de coleta. Volume de coleta modificável durante a doação. Tara da bolsa vazia com fechamento do fluxo automático no final da doação contendo alarmes visíveis e audíveis. Interruptor de segurança para controlar se o tubo está bem inserido no grampo. No final de cada doação o display mostra o volume coletado e o tempo da doação, em minutos e segundos. Durante a coleta o display exibe: tempo de doação, volume coletado e fluxo comum de doação. Todos os dados da coleta podem ser revisados e lidos da memória do homogeneizador ou enviados para o computador via Wireless. O sistema de pesagem do homogeneizador é resistente e de simples calibração. Com autonomia de bateria recarregável o homogeneizador pode funcionar sem energia. Com possibilidade de formação de rede.

**Item 14** - Incubadora para tubos de ensaio, aquecedora, termostática 15 furos.

**Item 15** - Seladora portátil e móvel para selar tubos de PVC de uso médico e criar um ponto de quebra. O diâmetro externo do tubo deve apresentar aproximadamente entre 3 e 4,6 mm e a espessura da parede do tubo não deve exceder 0,8 mm. Deve compreender: Maleta de transporte, alicate de selagem, cabo do alicate de selagem, cabo de alimentação para carga de bateria e unidade de potência. A bateria confeccionada em Polímero de Lítio e capacidade de realizar no mínimo 1000 selagens por carga completa de bateria em tubos padrão de bolsas de sangue. O sistema móvel e suas características de selagem podem também ser utilizadas em tubos (bolsas de sangue, kits de aférese,





equipos de transfusão) acoplados aos doadores. Alicates manual de selagem com cabo coaxial flexível, possuir alarme detector de curto-circuito e falha de selagem e sistema autobalanceado que solda por Radio Frequência, sem causar interferência em outros equipamentos. Sistema de selagem é um sistema automático o qual pós-carga, realiza soldas sem a necessidade de ligar e/ou desligar o aparelho e não necessita de qualquer ajuste de regulagem de radiofrequência e/ou tempo de solda. Além disso, o sistema deve permitir selagem do tubo da bolsa de sangue mesmo com o doador punccionado. Fornecer equipamento dentro de uma maleta de transporte. Peso aproximado: 760 g. Dimensões Aproximadas: 11 x 5,5 x 14,6 mm. Alimentação: Bivolt automático

## INSUMOS

**Item 01** – Bolsa dupla para coleta de sangue 450 ml; anticoagulante para 35 dias de armazenamento; formato anatômico com todos os cantos arredondados; estéril, apirogênico, segmentos de coleta e transferência numerados; bolsa satélite com capacidade 300 ml; agulha com proteção 16 g e bisel tri facetado; dispositivo lateral para coleta de amostra acoplado a mini bolsa que permite a coleta de amostra em sistema fechado antes da bolsa principal, com encaixe universal para suporte de agulha de vácuo; pasteurizados em embalagem laminada e impermeável a vácuo de acordo com regulamento mic/ms. para cada bolsa deverá ser entregue 4 tubos ( 3 tubos de 5 ml c/ gel ativador e 1 tubo de 05 ml c/ edta para coleta de amostra sorológica.

**Item 02** - Bolsa tripla para coleta de sangue 450 ml; anticoagulante para 35 dias de armazenamento; formato anatômico com todos os cantos arredondados; estéril, apirogênico, segmentos de coleta e transferência numerados, segmento principal de transferência de hemocomponentes, acessório com lúmen que permite a transferência rápida do hemocomponente, quebra automática do laço evitando LER, bolsas satélites uma resistente à centrifugação e congelamento a baixa temperatura (-85°C) e descongelamento a 37°C ; com orifícios na parte superior necessários para adaptação em equipamentos automatizados de processamento, outra bolsa confeccionada com plástico PVC atóxico e plastificante Tri-2-extil-Trimelitato (TOTM) especial para preservação de plaquetas até 5 dias, manutenção de pelo menos 80% da contagem inicial de plaquetas e ph acima de 6,5 do concentrado de plaquetas no último dia de armazenamento; dispositivo de segurança da agulha com trava de segurança conforme Portaria 1748 do Ministério do trabalho e emprego, e NR 32, agulha 16



g e biseltrifacetado; dispositivo lateral para coleta de amostra acoplado a mini bolsa que permite a coleta de amostra em sistema fechado antes da bolsa principal, com suporte para coleta a vácuo integrado; para cada bolsa deverá ser entregue 4 tubos (3 tubos c/ gel ativador e 1 tubo c/ Edta para coleta de amostra sorológica).

**Item 03** – Lanceta por ativação de contato. Dispositivo de segurança retrátil utilizado na coleta de amostras de sangue por punção dedo.

**Item 04** - Microcurveta descartável para coleta de amostras total e leitura em hemoglobinômetro. Fabricado em plástico (poliestireno) sem reagente ativo. Tempo máximo para realização da dosagem 10 segundos.

**Item 05** - Tipagem ABO/Rh direta e reversa. Reagente de hemácias para classificação ABO reversa para uso em cartões de gel-teste ou microplacas, composto de 2 hemácias, A1, e B, à concentração requerida para uso na máquina locada. As hemácias podem vir em frascos ou já impregnadas nas microplacas. Cartão ou microplaca contendo reagentes anti-A, anti-B, anti-AB, 2 anti-D (um que detecte a variante DVI e outro que não a detecte) e soro-controle de Rh. Considera-se como um teste uma classificação sanguínea.

**Item 06** - Retipagem direta ABO. Microtubos com gel ou microplaca para reclassificação ABO direta de bolsas de sangue, contendo, anti-A anti-B e anti-D em cada um dos microtubos ou das cavidades das microplacas. Considera-se como um teste uma reclassificação direta. TESTE CDE Especificação complementar: TIPAGEM DOS ANTÍGENOS C, D, E, EM UM ÚNICO REAGENTE, REAGENTE COMPOSTO DE MISTURA DE ANTICORPOS MONOCLONAIS ANTI-C,D,E Cartão ou microplaca contendo MISTURA DE REAGENTES MONOCLONAIS anti-C, anti-D, anti-E, Considera-se como um teste uma TIPAGEM CDE.

**Item 07** - Reagente de hemácias para triagem de anticorpos irregulares antieritrocitários para uso em cartões de gel-teste ou em microplacas, composto por 2 hemácias do grupo O fenotipadas para os principais sistemas eritrocitários, incluindo o antígeno Dia, à concentração requerida para a metodologia. Apresentação: frascos ou já impregnadas nas microplacas. Fornecer Cartão ou microplaca contendo antiglobulina humana poliespecífica ou IgG, permitindo a execução de testes de Coombs sem lavagem das hemácias. Considera-se como um teste: uma triagem de anticorpos feita em 2 microtubos ou em 2 poços de microplacas.



**Item 08** - Prova de compatibilidade maior pré-transfusional. Microtubos em gel ou microplaca para prova cruzada, utilizando um microtubo ou uma cavidade da microplaca. Considera-se como um teste: uma prova de compatibilidade.

**Item 09** - Pesquisa de D fraco. Pesquisa da variante fraca do antígeno D, reagente detecta variante DVI e outros antígenos D fracos. Cartão ou microplaca contendo um conjunto de reagentes monoclonais anti-D que detecta a maioria das variantes fracas do antígeno D. Caso o teste necessite de reagente controle, este deve acompanhar o reagente anti-D. Considera-se como um teste uma pesquisa de D fraco.

**Item 10** - Fenotipagem Rh e Kell. Reagentes para fenotipagem eritrocitária, em pacientes, dos antígenos C, c, e, E, K, em microtubos com gel ou em microplacas. Aplicação: fenotipagem eritrocitária dos sistemas Rh e Kell. Conteúdo microtubo: anti-C, anti-c, anti-E, anti-e, anti-K.

**Item 11** - Identificação de anticorpos anti-eritrocitários. Painel de Hemácias composto por no mínimo 10 hemácias do grupo O fenotipadas para os principais sistemas eritrocitários, à concentração requerida, apresentadas em frascos ou já impregnadas na microplaca. Fornecer Cartão ou microplaca contendo Antiglobulina humana poliespecífica ou IgG permitindo a execução de testes de Coombs sem lavagem das hemácias. Considera-se como um teste a realização do teste de identificação de anticorpos irregulares.

**Item 12** - Reagente de hemácias do grupo A(1) e B preparadas em solução conservante tamponada a 2 – 4%, composto por pool de eritrócitos C-, D- e E-, período de estabilidade de 28 dias. Apresentação: 2 x 10ml.

**Item 13** - Reagente de hemácias sensibilizadas com anti-IgG humano;

**Item 14** - Controle de qualidade padronizado indicado exclusivamente para reagentes da rotina de imuno-hematologia. Destina-se a controle interno diário e controle de lotes, para reagentes monoclonais ou policlonais de classificação ABO, RhD, fenotipagem eritrocitária (C, c, E, e, K), teste de antiglobulina humana poliespecífico ou anti-IgG e reagentes eritrocitários. Reagentes eritrocitários produzidos a partir de hemácias humanas e reagente em meio proteico contendo anticorpos monoclonais IgM anti A,B e anti-D IgG.

**Item 15** - Ponteira Universal 0-200ul TIPO GILSON sem filtro.

**Item 16** - Tubo para microcentrífuga, em polipropileno virgem, com tampa chata de pressão, ligada ao corpo do tubo, com trava de segurança, graduada, com área para marcação. Com fundo cônico. Tubo sem vazamento e resistente a solvente, água,



etanol, dietil-éter, fenol clorofórmio e outros, e que seja resistente a pelo 5(cinco) ciclos de congelamento a -70°C e fervura a 100° C. Capacidade 1,5ml.

**Item 17** - Tubo de hemólise 12x75mm polipropileno.

## 6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

**6.1.** Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através de Atestado de Capacidade Técnica emitido por Pessoa Jurídica Pública ou Privada;

**6.2.** Registro no Ministério da Saúde - ANVISA, para os equipamentos, bem como os insumos.

**6.2.1.** A regulamentação das licenças sanitárias se encontra nas Leis nº 5.991/73, Lei nº 6.360/76, Portaria nº 802/98-MS, RDC nº 185/2001 e RDC nº 67/2007 e legislações correlatas.

## 7. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE E JULGAMENTO

**7.1.** O julgamento das propostas será efetuado pela Comissão Municipal de Licitações, obedecendo ao critério **MENOR PREÇO GLOBAL**, em conformidade com as quantidades, detalhamentos e condições estabelecidas no presente Termo de Referência.

## 8. PRAZO DE EXECUÇÃO

**8.1.** A Empresa deverá entregar os equipamentos e insumos 70 (setenta) dias após a assinatura do Contrato.

**8.2.** Os equipamwntos deverão ser entregues na Rua Francisco Sá, 299,



Várzea – Teresópolis/RJ, e após o patrimônio cadastrá-los.

**8.3.** O recebimento será efetivado nos seguintes termos:

**8.3.1. PROVISORIAMENTE**, para efeito de posterior verificação do produto ofertado com as especificações constantes neste Termo de Referência, e similaridade com as amostras aprovadas no certame;

**8.3.2. DEFINITIVAMENTE**, após a verificação da qualidade e quantidade do produto e consequente aceitação pelo Setor competente

## 9. FISCALIZAÇÃO

**9.1.** A fiscalização e o recebimento definitivo do objeto deste pregão serão feitos pela Secretaria Municipal de Saúde.

**9.2.** No caso dos materiais a serem entregues apresentarem alguma irregularidade, estes serão recusados, cabendo à empresa vencedora substituí-los por outros com as mesmas características exigidas, no prazo a ser determinado pela Secretaria Municipal de Saúde.

**9.3.** O fiscal do contrato da Secretaria Municipal de Saúde registrará todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas.

## 10. PAGAMENTO

**10.1.** O pagamento será efetuado após 30 dias do primeiro mês assim subsequente, devendo posteriormente a este, a contratada apresentar no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Teresópolis, a Nota de Empenho, cópia do Contrato, Documentação de Regularidade Fiscal com as Fazendas Federal, Estadual, Municipal, Certificado de Regularidade de Situação relativo ao FGTS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas juntamente com



a Nota Fiscal.

## 11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. Fornecer os produtos conforme especificados neste termo, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente a indicação da marca/fabricante indicada na proposta comercial apresentada na ocasião do certame.
- 11.2. Deverá fornecer treinamento sobre a operação dos equipamentos instalados.
- 11.3. Responsabilizar-se por todos os prejuízos que por ventura ocasione ao Município ou a terceiros, em razão da execução do fornecimento decorrente do objeto do Edital.
- 11.4. Comunicar à Administração, no prazo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 11.5. Responsabilizar-se pelas despesas comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato como obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração.
- 11.6. Os serviços de manutenção preventiva constarão da verificação periódica das condições gerais de funcionamento, limpeza, ajustes, testes, substituições de peças ou componentes, quando necessário. Serão realizadas no mínimo 02 (duas) visitas anuais, previamente agendadas com o Contratante, fornecimento de laudo que identifique os itens verificados e correções efetuadas; fornecimento de todas as ferramentas e instrumentos medidores indispensáveis à realização das manutenções preventivas acima referidas.
- 11.7. Será de responsabilidade da Contratada a qualificação de operação, calibração, qualificação de desempenho e/ou validação (a cada 06 (seis) meses) do equipamento em comodato. A referida calibração deve ser comprovada mediante apresentação de



certificado de calibração do equipamento rastreável a RBC (Rede Brasileira de Calibração);

**11.8.** O serviço de manutenção e calibração pode ser terceirizado pela Contratada

**11.9.** Deverá ser realizada quando ocorrerem problemas de funcionamento, assim entendido como qualquer defeito que venha interferir no bom funcionamento do equipamento, a substituição do mesmo no prazo de 48 horas.

#### **11.10. Dos Equipamentos**

**11.10.1.** O equipamento aprovado, a ser instalado, novo, em linha de produção e que atenda às necessidades deste descritivo técnico.

**11.10.2.** Os *upgrades* do equipamento deverão ser informados ao Hemonúcleo/ SMS pela contratada e o equipamento ser atualizado em até no máximo 60 (sessenta) dias do seu lançamento.

**11.10.3.** Os equipamentos que estão no Hemonúcleo poderão ser utilizados pela contratada mas sobre a responsabilidade das manutenções e calibrações dos mesmos.

#### **11.11. Insumos**

**11.11.1.** Os insumos deverão ser entregues com identificação do lote, data de vencimento e bula em português, com todas as informações técnicas.

**11.11.2.** Todos os reagentes, controles, calibradores e demais insumos fornecidos, necessários ao bom funcionamento do equipamento, deverão ser originais de fábrica.

**11.11.3.** O equipamento deve permitir a rastreabilidade dos lotes e validade dos reagentes utilizados nos testes e controle de qualidade, pelo tempo de retenção requerida nas normas vigentes.

**11.11.4.** Os produtos deverão fornecer resultados precisos e exatos quando comparados aos resultados obtidos com seus controles.

**11.11.5.** Os valores dos controles fornecidos pelo fabricante deverão manter-se dentro da faixa estabelecida na bula fornecida durante todo o





prazo de validade, quando aplicável.

**11.11.6.** Nas situações em que forem observadas perdas de insumos e acessórios decorrentes de mau funcionamento do equipamento em razão de manutenção corretiva e/ou preventiva deficiente por parte da empresa contratada, bem como qualquer outro consumo anormal e inesperado decorrente de falha nessas manutenções, a empresa contratada receberá uma notificação por escrito do fiscal, oriunda de um relatório que comprove a razão da perda do material e deverá repor em até no máximo 05 (cinco) dias úteis o material e os insumos perdidos sem quaisquer ônus à essa administração. As situações não previstas neste item serão analisadas caso a caso, visando definir as responsabilidades para fim de reposição do material.

**11.11.7.** Todo e qualquer processo de retirada ou entrega de material (insumos, acessórios, equipamentos) deverá ser custeada pela empresa contratada.

**11.11.8.** Os reagentes deverão ser compatíveis com os equipamentos correspondentes.

## **12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**12.1.** Receber o material, conforme local, data e horário estipulados no Empenho e contrato.

**12.2.** A Secretaria Municipal de Saúde obriga-se ao pagamento dos insumos adquiridos no mês.

**12.3.** Para suprir quaisquer eventualidade (margem de segurança), quando necessário serão acrescidos na Nota Fiscal para pagamento do mês, com justificativa do fiscal do contrato.

**12.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem e de tudo dará ciência à Administração.

**12.5.** Efetuar o pagamento no prazo previsto.



- 12.6.** O consumo deve ser compatível com estipulado mínimo.
- 12.7.** Em caso de aumento (demanda) de consumo deverá justificar com comprovação.

### **13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 13.1.** Comete infração administrativa, a Contratada que praticar qualquer ato previsto no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002, notadamente os abaixo descritos:
- 13.1.1.** Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação.
  - 13.1.2.** Ensejar o retardamento da execução do objeto.
  - 13.1.3.** Falhar ou fraudar na execução do contrato.
  - 13.1.4.** Comportar-se de modo inidôneo.
  - 13.1.5.** Cometer fraude fiscal.
  - 13.1.6.** Deixar de apresentar amostras, quando solicitadas.
  - 13.1.7.** Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame.
- 13.2.** O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 13.2.1.** Multa moratória de 0,5% (meio por cento) calculada sobre a parte não cumprida do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, quando se configurará a inexecução total ou parcial do ajuste, na dependência da gravidade do dano, tudo de acordo com a decisão da autoridade competente.
  - 13.2.2.** Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.



- 13.2.2.1.** Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.
- 13.2.3.** Multa de 0,01%, calculada sobre o valor da proposta apresentada no certame pelo licitante, caso este não apresente amostras, quando solicitadas.
- 13.2.4.** Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos.
- 13.3.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 13.4.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 13.4.1.** As notificações decorrentes de procedimentos de punições administrativas serão feitas através de Carta Registrada, publicação dos atos no D.O.E do Município, ou pelos e-mails informados pelo fornecedor no certame e no decorrer e no decorrer da contratação;
- 13.4.2.** Após a instauração do procedimento, a empresa será notificada através de um dos meios previstos no subitem anterior, para apresentar sua defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;
- 13.4.3.** Caso após a defesa prévia da empresa, a administração pública apresente novas provas ou argumentos, a empresa será notificada para apresentar suas alegações finais, no prazo de 10 (dez) dias;
- 13.4.4.** Após a decisão, independente da aplicação ou não de sanções, a empresa será notificada através de um dos meios previstos no subitem 13.4.1, sendo certo que terá outros 5 (cinco) dias úteis para apresentação de recurso à autoridade máxima, que decidirá no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 13.5.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em



consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

- 13.6.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 13.7.** As demais sanções por atos praticados no decorrer da contratação poderão estar previstas no Termo de Referência (Anexo I).
- 13.8.** O prazo para pagamento de multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada, sendo possível, a critério da Administração, o desconto das respectivas importâncias do valor eventualmente devido.
- 13.9.** O não pagamento de multas no prazo previsto ensejará a inscrição do respectivo valor como dívida ativa, sujeitando-se a DETENTORA ao processo judicial de execução.

#### **14. DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 14.1.** Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas sendo que a Administração Municipal não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.2.** Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do Procedimento Licitatório.
- 14.3.** O foro do município de Teresópolis será o único competente para redimir e julgar toda e qualquer dúvida relativa ao presente procedimento, com exclusão de qualquer outro.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS  
*Secretaria Municipal de Administração*  
Departamento de Suprimentos e Licitação  
[www.licitacao.teresopolis.rj.gov.br](http://www.licitacao.teresopolis.rj.gov.br)

PMT-RJ  
PROCESSO Nº 14.890/2021

RUBRICA: FLS:

**Teresópolis, 09 de dezembro de 2021**

---

**ANTÔNIO HENRIQUE VASCONCELLOS DA ROSA**  
**Secretário Municipal de Saúde**  
**Matrícula: 4.16513-6**



## ANEXO II:

### MODELO PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL

Pelo presente instrumento, a empresa \_\_\_\_\_, portadora do CNPJ XX.XXX.XXX/XXXX-XX com sede na \_\_\_\_\_, através de seu representante legal infra-assinado, (NOME) \_\_\_\_\_, nacionalidade \_\_\_\_\_, estado civil \_\_\_\_\_, profissão \_\_\_\_\_, portador da cédula de Identidade nº XXXXXXXXXXXX, expedida pela XXXXX/XX, inscrito no C.P.F. sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado a \_\_\_\_\_ em estrito cumprimento ao previsto processo administrativo nº 14.890/2021 e processo licitatório Pregão Eletrônico nº 099/2021 da licitação em epígrafe, **PREGÃO ELETRÔNICO DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO E MANUTENÇÃO, COM FORNECIMENTO DE INSUMOS E REATIVOS PARA O HEMONÚCLEO MUNICIPAL**, solicitado pela **Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Teresópolis** na forma abaixo discriminada, que serão distribuídas conforme solicitação da Secretaria.

ITEM	CATMAT	QUANT	UNI	PERÍODO	DESCRIÇÃO EQUIPAMENTOS	VALOR UNITÁRIO	TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL
1	14206	1	UNI	12 MESES	AGITADOR DE PLAQUETAS	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
2	14206	3	UNI	12 MESES	ALICATE DE ORDENHA	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
3	14206	1	UNI	12 MESES	ANALISADOR IMUNOHEMATOLOGIA	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
4	14206	1	UNI	12 MESES	AUTOCLAVE	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
5	14206	2	UNI	12MESES	BALANÇA DE PRECISÃO	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
6	14206	4	UNI	12 MESES	CADEIRAS DE COLETA	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
7	14206	2	UNI	12 MESES	CÂMARA REFRIGERADA COM PORTA DE VIDRO	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
8	14206	1	UNI	12 MESES	CENTRIFUGA REFRIGERADA	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
9	14206	2	UNI	12 MESES	DESCONGELADOR DE PLASMA	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
10	14206	1	UNI	12 MESES	FRACIONADORA AUTOMÁTICA	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
11	14206	2	UNI	12 MESES	FREEZER PARA PLASMA	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
12	14206	2	UNI	12 MESES	HEMOGLOBINOMETRO	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
13	14206	4	UNI	12 MESES	HOMOGENEIZADOR PARA BANCO DE SANGUE	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
14	14206	2	UNI	12 MESES	INCUBADORA PARA TUBOS DE ENSAIO	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
15	14206	2	UNI	12 MESES	SELADORA PORTÁTIL	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
VALOR TOTAL DOS ITENS							R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX
ITEM	CATMAT	QUANT	UNI	PERÍODO	DESCRIÇÃO INSUMOS	VALOR UNITÁRIO	TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL
1	370596	128	UNI	12 MESES	BOLSA DUPLA	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
2	368143	112	UNI	12 MESES	BOLSA TRIPLA	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
3	338605	200	UNI	12 MESES	LANCETA	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX



4	381278	200	UNI	12 MESES	MICROCUVETAS	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
5	382698	360	TESTE	12 MESES	TESTE DE CLASSIFICAÇÃO ABO RH + REVERSA	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
6	382698	90	TESTE	12 MESES	TESTE DE RECLASSIFICAÇÃO ABD	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
7	478009	360	TESTE	12 MESES	TESTE PESQUISA DE ANTICORPOS IRREGULARES CÉLULAS I E II	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
8	352044	360	TESTE	12 MESES	TESTE PARA PROVA DE COMPATIBILIDADE SANGUÍNEA	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
9	383559	54	TESTE	12 MESES	TESTE PESQUISA D FRACO	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
10	338051	140	TESTE	12 MESES	TESTE DE FONOTIPAGEM RH KELL	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
11	335877	12	TESTE	12 MESES	IDENTIFICAÇÃO DE ANTICORPOS ANTI-ERITROCITÁRIOS	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
12	333587	4	KIT	12 MESES	SUSPENSÃO DE HEMÁCIA PARA CLASSIFICAÇÃO SANGUÍNEA A1 E B	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
13	366984	20	FRC	12 MESES	REAGENTE PARA PESQUISA DE ANTICORPOS IRREGULARES	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
14	19127	1	KIT	12 MESES	CONTROLE DE QUALIDADE	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
15	434421	500	UNI	12 MESES	PONTEIRA UNIVERSAL	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
16	478336	1.000	UNI	12 MESES	MICROTUBO CAPACIDADE 1,5	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
17	434423	1.000	UNI	12 MESES	TUBO DE HEMÓLISE 12 X 75 POLIPROPILENO	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
VALOR TOTAL DOS ITENS							R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX
VALOR TOTAL GLOBAL							R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX

OBS.:O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação, consoante cláusula 6.5 do edital.

**(local e data)**

**(nome completo, C.P.F., cargo ou função e assinatura do representante legal)**

Proposta escrita, impressa nos moldes do Edital





### **ANEXO III:**

#### **ANÁLISE ECONÔMICO – FINANCEIRA**

Pelo presente instrumento, a empresa \_\_\_\_\_, portadora do CNPJ XX.XXX.XXX/XXXX-XX com sede na \_\_\_\_\_, através de seu representante legal infra-assinado, (NOME) \_\_\_\_\_, nacionalidade \_\_\_\_\_, estado civil \_\_\_\_\_, profissão \_\_\_\_\_, portador da cédula de Identidade nº XXXXXXXXXXXX, expedida pela XXXXX/XX, inscrito no C.P.F. sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado a \_\_\_\_\_ em estrito cumprimento ao previsto processo administrativo nº 14.890/2021, e processo licitatório Pregão Eletrônico nº 099/2021 da licitação em epígrafe, na forma abaixo discriminada, apresenta a sua situação financeira a ser aferida por meio dos índices de liquidez corrente – LC, liquidez geral – LG e solvência geral – SG.

LC=  $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

LG=  $\frac{\text{Ativo Circulante (+) Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante (+) Exigível a Longo Prazo}}$

SG =  $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante (+) Exigível a Longo Prazo}}$

Os índices calculados, obrigatoriamente, acompanharão as demonstrações contábeis, sendo consideradas habilitadas as empresas que apresentarem os seguintes resultados:

Liquidez corrente índice maior ou igual a 1,00  
Liquidez geral índice maior ou igual a 1,00  
Solvência geral índice maior ou igual a 1,00

**(local e data)**

**(nome completo, C.P.F., cargo ou função e assinatura do representante legal)**

**(nome completo e CRC do contador responsável)**



## ANEXO IV

### MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO que entre si firmam o PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS e a empresa \_\_\_\_\_, tendo por objeto o fornecimento pela empresa contratada, de \_\_\_\_\_, na forma abaixo:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 29.138.369/0001-47, com sede administrativa na Avenida Feliciano Sodré, 675, Várzea, Teresópolis, RJ, doravante denominado “contratante”, neste ato representado pelo Sr. \_\_\_\_\_, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ exp. pelo \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, consoante disposto no Decreto Municipal nº 3.163 de 19 de outubro de 2004, e de outro lado, como “Contratada”, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede na \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ exp. pelo \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliada na Rua \_\_\_\_\_, firmam o presente contrato de conformidade com o Processo Administrativo nº. \_\_\_\_\_, que se regerá pela Lei 8.666/93 e pelas cláusulas e condições seguintes: PRIMEIRA: DO OBJETO: 1.1. - O presente tem por objeto o fornecimento pela empresa contratada, de \_\_\_\_\_; 1.2. – Para cumprimento do objeto descrito no item 1.1, a empresa contratada se obriga ao fornecimento de \_\_\_\_\_; SEGUNDA: DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: 2.1. O valor unitário de será de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_); 2.1.1. - O valor global do presente é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_); 2.1.2. Os materiais / serviços serão entregues nos locais determinados pela Secretaria Municipal de \_\_\_\_\_, conforme solicitação; 2.2. - A Secretaria Municipal de \_\_\_\_\_, atestará o recebimento dos \_\_\_\_\_; 2.3. - O pagamento das faturas, devidamente atestadas pela Secretaria Municipal de \_\_\_\_\_, será efetuado 30 (trinta) dias após o fornecimento do material, mediante requerimento em processo de pagamento, formalizado no Protocolo Geral desta Prefeitura devendo o Licitante apresentar, a cópia do contrato, da nota de empenho e da nota fiscal. 2.4. Ocorrendo atraso no pagamento dentro do prazo estabelecido, o valor será acrescido de 1% (um por



cento) de juros de mora ao mês “pro rata tempore”, bem como, a título de compensação financeira, de 1% (um por cento) ao mês, pro rata dia. 2.5. Ocorrendo antecipação no pagamento dentro do prazo estabelecido, a Prefeitura Municipal de Teresópolis, fará jus a um desconto na razão de 1% (um por cento) ao mês, pro rata dia. 2.6. Os preços inicialmente contratados serão irrevogáveis, conforme Lei Federal nº 8.880 de 24 de Março de 1994, salvo se, ao contrário, Lei Federal estabelecer. TERCEIRA: DO FUNDAMENTO – O presente Contrato é oriundo do procedimento licitatório denominado PREGÃO Nº \_\_\_\_\_, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, aplicando-se subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93, alterada e consolidada pela Lei Federal nº. 8.883/94 e demais legislações Municipais aplicáveis à espécie. QUARTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS - As despesas decorrentes do presente instrumento correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias: Unidade: \_\_\_\_\_ – Funcional: \_\_\_\_\_ – Projeto/Atividade: \_\_\_\_\_ – Elemento: \_\_\_\_\_ – Cód. Detalham.: \_\_\_\_\_ - Código reduzido: \_\_\_\_\_ - Nota de Empenho nº. \_\_\_\_\_, emitida em \_\_\_\_\_; QUINTA: DO PRAZO - 5.1. O presente contrato iniciar-se-á a partir da data de sua assinatura e terá vigência até o dia \_\_\_\_\_. 5.2. Havendo necessidade e com pedido devidamente justificado nos autos, os prazos de início das etapas de execução, de conclusão e de entrega do objeto do presente poderão ser prorrogados na forma do Art. 57 seus incisos e parágrafos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. SEXTA: DAS GARANTIAS - 6.1.- Como garantia para o bom e fiel cumprimento do Contrato, a Contratada prestará garantia, sob a modalidade de *caução em dinheiro*, na proporção de 01% (um por cento) sobre o valor total do Contrato; 6.2.- O valor a que se refere o item anterior será recolhido através de guia própria (D.A.M.), junto à Secretaria Municipal de Fazenda, no ato em que se der o pagamento da primeira fatura do contrato; 6.3.- A importância a que se refere o item anterior será liberada e percebida pela Contratada em uma única parcela, após o recebimento definitivo do objeto contratual a ser formalizado pela Secretaria responsável por sua fiscalização, conforme determina a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. SÉTIMA: DAS PENALIDADES: 7. 1. Comete infração administrativa, a Contratada que praticar qualquer ato previsto no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002, notadamente os abaixo descritos: 7.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação. 7.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto. 7.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato. 7.1.4. Comportar-se de modo inidôneo. 7.1.5. Cometer fraude fiscal. 7.1.6. Deixar de apresentar amostras, quando solicitadas. 7.1.7. Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame. 7.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da



responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções: 7.2.1. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) calculada sobre a parte não cumprida do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, na dependência da gravidade do dano, tudo de acordo com a decisão da autoridade competente. 7.2.2. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto. 7.2.2.1. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida. 7.2.3. Multa de 0,01%, calculada sobre o valor da proposta apresentada no certame pelo licitante, caso este não apresente amostras, quando solicitadas. 7.2.4. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos. 7.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções. 7.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se a forma prevista no Edital e o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999. 7.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade. 7.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF. 7.7. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência. OITAVA: DA RESCISÃO- Constituem motivos para a rescisão do presente contrato: 8.1. - O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos, ou o seu cumprimento irregular; 8.2.- A lentidão do seu cumprimento levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do objeto contratual nos prazos estipulados; 8.3- O atraso injustificado no início da execução do objeto contratual; 8.4. - A paralisação do fornecimento sem justa causa e prévia comunicação à Administração; 8.5.- A subcontratação total ou parcial do objeto contratual, a associação da contratada com outrem, sua cessão ou transferência, total ou parcial, bem como sua fusão, cisão ou incorporação; 8.6- O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução, assim como as de seus superiores; 8.7- O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da lei 8666/93; 8.8 - A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil; 8.9 - A dissolução da sociedade; 8.10- A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato; 8.11- Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Prefeito e exaradas no Processo Administrativo a que se refere o contrato; 8.12- A supressão, por parte da administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato, além do limite permitido no § 1º do Art. 65



da Lei 8666/93; 8.13- A suspensão de sua execução, por ordem escrita do Contratante, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à Contratada, nesse caso, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação; 8.14 - o atraso superior a 90 (noventa) dias do pagamento devido pelo Contratante, decorrente da execução pela Contratada, do presente Instrumento, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação; 8.15- A não liberação, por parte do Contratante, de área, local ou objeto para a execução do serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais; 8.16 - A ocorrência de caso fortuito ou força-maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato; PARÁGRAFO ÚNICO: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo, assegurado à Contratada o Direito ao contraditório e a ampla defesa; NONA: DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO: Em caso de rescisão contratual é assegurado à Administração Municipal os seguintes direitos: 9.1. - Execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração e dos valores das multas e indenizações a ela devidos; 9.2. – Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração. DÉCIMA: DO REGIME DE EXECUÇÃO: O Contrato será executado pelo regime de execução indireta sob a modalidade de preço unitário. DÉCIMA PRIMEIRA: DA TAXA DE EXPEDIENTE: Obriga-se a Contratada a proceder ao recolhimento da Taxa de Expediente, no ato de assinatura do presente. DÉCIMA- SEGUNDA: DA PUBLICAÇÃO: Obriga-se a Contratante a proceder a publicação, em extrato, do presente, no prazo legal, no órgão de imprensa que publica as matérias oficiais deste Município. DÉCIMA- TERCEIRA: DA RESPONSABILIDADE: Responsabiliza-se a Contratada por danos causados ao Município ou a Terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, na execução do presente, não excluída essa responsabilidade pela fiscalização ou pelo acompanhamento por órgão próprio do Contratante. DÉCIMA- QUARTA: DOS ENCARGOS SOCIAIS - 14.1. - Todos os encargos sociais e as obrigações previstas na C.L.T. e respectiva legislação complementar, referente ao pessoal responsável pela consecução do objeto contratual, serão de total responsabilidade da Contratada. 14.2.- O contratado se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, no que diz respeito às suas obrigações, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; DÉCIMA- QUINTA: DA FISCALIZAÇÃO - O Contratante, através da Secretaria Municipal de \_\_\_\_\_, fiscalizará a execução do objeto



ora contratado. DÉCIMA- SEXTA: DA ACEITAÇÃO - A aceitação do objeto contratual ficará a cargo da Secretaria fiscalizadora. 16.1.-.Em caso de recusa de parte ou de todo o serviço, o pagamento ficará sustado, até sua regularização, contando-se dessa época o prazo de pagamento fixado na Cláusula Segunda do presente. 16.2. A contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados. DÉCIMA-SÉTIMA: DO FORO- Fica eleito o foro do Município de Teresópolis, para dirimir as questões oriundas do presente. E assim as partes justas e acordadas assinam o presente em 06 (seis) vias de igual teor e forma para que produza seus jurídicos efeitos. Teresópolis, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE \_\_\_\_\_

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1- \_\_\_\_\_

C.I. nº. \_\_\_\_\_

2- \_\_\_\_\_

C.I. nº. \_\_\_\_\_





**ANEXO V:**

**MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA SOBRE PRAZO DE FORNECIMENTO, ART. 88 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E FUNCIONÁRIO INELEGÍVEL**

Pelo presente instrumento, a empresa \_\_\_\_\_, portadora do CNPJ XX.XXX.XXX/XXXX-XX com sede na \_\_\_\_\_, através de seu representante legal infra-assinado, (NOME) \_\_\_\_\_, nacionalidade \_\_\_\_\_, estado civil \_\_\_\_\_, profissão \_\_\_\_\_, portador da cédula de Identidade nº XXXXXXXXXXXX, expedida pela XXXXX/XX, inscrito no C.P.F. sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado a \_\_\_\_\_ outorgando-lhe plenos poderes para representá-la na sessão pública do Pregão Eletrônico nº 099/2021 do processo administrativo nº 14.890/2021, declara a quem possa interessar, sob as penas da lei:

- 1- que, caso seja contratada, cumprirá o prazo de fornecimento de no máximo 70 (setenta) dias e atender ao item 17.1 do edital sob as penas do art. 7ª da Lei Federal nº 10.520/2002 (não será aceita entrega parcial das ordens de compra e empenhos).
- 2- para os fins do disposto no artigo 88 da Lei Orgânica Municipal, que não possui no seu quadro de funcionários: dirigentes, vereadores, ocupantes de cargos comissionados e servidores municipais, bem como pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo até o segundo grau ou por adoção ou que tenham sido nos últimos 180 dias anterior à data do ato convocatório.
- 3- Para os fins do disposto no Art. 73-B, I e II da Lei Orgânica do Município de Teresópolis, os trabalhadores que prestarão serviço ao Município não foram declarados inelegíveis em resultado de decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado relativa nas seguintes situações:
  - I – representação contra sua pessoa julgada procedente pela Justiça Eleitoral em processo de abuso do poder econômico ou político;
  - II – condenação por crimes contra a economia popular, a fé pública, a administração pública ou o patrimônio público.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente.

**(local e data)**

**(nome completo, C.P.F., cargo ou função e assinatura do representante legal)**